**PARECER JURÍDICO - 587/2025****Assunto:** Resposta ao Memorando nº 797/2025 - LIC/SEFAZ**RECEBIDO**  
em 18/09/25  
Nelye  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**I. RELATÓRIO**

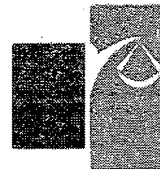
Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 797/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 155/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 071/2025**, através do **Sistema de Registro de Preços nº 070/2025**, tipo **Menor Preço por LOTE**, com objeto de registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão de laudos de radiologia à distância (telerradiologia), para atender as demandas da Secretaria de Municipal de Saúde de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

Em resposta a peça **IMPUGNATÓRIA** encaminhada pela empresa **ELITE LAUDOS LTDA.**, (CNPJ: 38.468.746/0001-05), datada de 09 de setembro de 2025, sendo-a acolhida TEMPESTIVAMENTE.

A Impugnante alega a existência de potenciais irregularidades, onde a ausência de exigências mínimas relacionadas à seguridade profissional, técnica e sanitária comprometa a segurança jurídica da contratação e ensejando desequilíbrio concorrencial.

Os pedidos na IMPUGNAÇÃO são:

1. O acolhimento da presente impugnação, com a consequente retificação do Edital, para inclusão expressa das seguintes exigências para fins de habilitação;
2. Comprovação de que a empresa licitante encontra-se devidamente registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição onde ocorrerá a execução contratual;
3. Indicação de diretor técnico médico com inscrição ativa no mesmo CRM;
4. Comprovação, por parte dos médicos responsáveis pelos laudos, da especialidade compatível com os exames ofertados, com Registro de Qualificação de Especialista (RQE).



Foram acostados para a presente análise, a resposta do Coordenador do Serviço de Radiologia da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Gilson Soares de Melo (OFÍCIO SMS/ATESP-RAIO-X nº 0015/2025 de 11/09/2025) e também, à Resposta da Pregoeira da Prefeitura Municipal de Cataguases, Srª Janete Aparecida Garcia, em 12 de setembro de 2025.

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

## II. ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Do poder-dever de autotutela da Administração Pública

A autotutela é um princípio que confere à Administração Pública o poder-dever de controlar e rever seus próprios atos, podendo anulá-los se forem ilegais (vícios de legalidade) ou revogá-los se forem inoportunos ou inconvenientes, mesmo que legais.

Tal prerrogativa decorre diretamente dos princípios da legalidade (art. 37, caput, CF/88), da moralidade, da indisponibilidade do interesse público e da vinculação ao edital, sendo reforçada pelo disposto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, de aplicação subsidiária aos entes municipais, a qual dispõe:

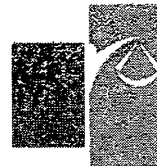
*Art. 37, CF/88: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

*Art. 53, Lei nº 9.784/99: A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

Assim, como também se encontra sedimentado pelas Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

*Súmula nº 346/STF: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.*

*Súmula nº 473/STF: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*



No caso em tela, restou verificado que os apontamentos trazidos pela IMPUGNANTE, coadunam com a legislação que ampara a matéria, objeto do certame ora descrito.

## **2.2. Da análise da Impugnação**

Não ficou demonstrado no texto Editalício do Processo Licitatório nº 155/2025 a exigência de registro da empresa no(s) CRM(s) - Conselho(s) Regional(ais) de Medicina, assim também, a indicação de Diretor Técnico Médico habilitado, responsável pelos laudos, configurando a omissão, regularidade da empresa e da equipe médica junto aos Conselhos Regionais de Medicina é condição indispensável para a legalidade da prestação de serviços médicos, especialmente à distância. Vejamos:

A **Lei nº 6.839/1980**, que impõe, em seu **artigo 1º**, o registro obrigatório da empresa nas entidades fiscalizadoras da profissão a que se dedica:

“Art.1º. O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”

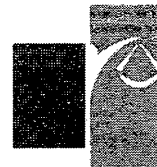
No mesmo sentido, a **Lei nº 9.656/1998**, ao dispor sobre planos de assistência à saúde, estabelece como requisito para funcionamento das operadoras de saúde o devido registro no CRM:

“Art. 8º, I – registro nos Conselhos Regionais de Medicina e Odontologia, conforme o caso.”

Além do amparo legal, a regulamentação infralegal também impõe essa obrigação. A **Resolução CFM nº 2.314/2022**, que regulamenta a telemedicina, estabelece de forma inequívoca, em seu artigo 17, que a empresa prestadora de serviços médicos por telemedicina deve estar inscrita no CRM da jurisdição onde está sediada. Tal obrigação vincula diretamente a habilitação da empresa à legalidade de sua atuação na localidade contratante:

**Art. 17 – A pessoa jurídica que presta serviços médicos por telemedicina deve estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição onde está sediada e onde ocorre a prestação dos**





serviços, bem como indicar um diretor técnico médico regularmente inscrito no CRM respectivo. (destaquei)

A **Resolução CFM nº 2.107/2014**, que trata especificamente da telerradiologia, reforça em seu artigo 11 que as empresas que atuam nesse modelo assistencial devem possuir registro no CRM da jurisdição em que estão estabelecidas, além de manter um diretor técnico médico regularmente inscrito no mesmo conselho regional.

Essa diretriz reafirma que o exercício da telerradiologia — e por extensão os serviços de telediagnóstico por imagem — está condicionado à regularidade da empresa e do responsável técnico perante o conselho profissional competente. *In verbis*:

**Art. 11.** As pessoas jurídicas que prestarem serviços em Telerradiologia deverão ter sede em território brasileiro e estar inscritas no Conselho Regional de Medicina da sua jurisdição.

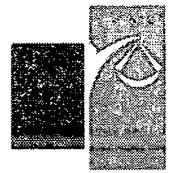
§1º. No caso da pessoa jurídica possuir registro de clínica de diagnóstico por imagem e expandir sua atuação para Telerradiologia, esta atuação deverá ser informada ao CRM.

§2º. Nas unidades realizadoras de telerradiologia deverá haver um diretor técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina da sua jurisdição.

Insta salientar que, à ausência dessas exigências no edital compromete a lisura do certame, pois permite a participação de empresas que atuam de forma irregular perante os conselhos de classe, desequilibrando a concorrência e gerando risco jurídico à contratação.

Em continuidade à IMPUGNAÇÃO, o Edital não trouxe em seu texto, a exigência de qualificação técnica com registro de especialista para a devida emissão dos laudos. Manifesta-se da obrigatoriedade do RQE, sendo assim:

A exigência de comprovação da especialidade médica do profissional responsável pela emissão dos laudos. Ainda que a empresa esteja regularmente registrada no CRM e indique um responsável técnico, **é indispensável que o médico laudador possua Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área relacionada ao exame executado**, como radiologia, cardiologia, neurologia, pneumologia, entre outros.



Tal exigência encontra respaldo normativo direto no art. 8º da Resolução CFM nº 2.314/2022, que trata do telediagnóstico como modalidade específica da telemedicina, atento para o art.10, §4º da mesma Resolução, reforçando a obrigatoriedade do RQE, para interpretação dos dados e emissão de laudos, assim:

Art. 8º – O TELEDIAGNÓSTICO é o ato médico a distância, geográfica e/ou temporal, com a transmissão de gráficos, imagens e dados para emissão de laudo ou parecer por médico com registro de qualificação de especialista (RQE) na área relacionada ao procedimento, em atenção à solicitação do médico assistente.

&

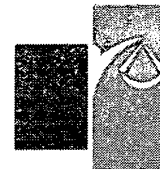
§ 4º – A interpretação dos dados e emissão de laudos deve ser feita por médico regularmente inscrito no CRM de sua jurisdição e com registro de qualificação de especialista (RQE) na área relacionada a exames especializados.

### **3 - Da retificação do Edital**

Ao que se refere no Edital publicado anteriormente, o mesmo **será RETIFICADO** e republicado, reforçando a observância ao princípio da vinculação ao edital (art.5º da Lei 14.133/2021). Os questionamentos levantados pela **IMPUGNANTE**, foram recepcionados e destes, em consonância com avaliação competente, acatados pela Administração Pública Municipal, mantendo a devida transparência frente ao certame.

Importa salientar que qualquer modificação feita em Edital deve ser divulgada da mesma forma como se deu o texto original ou corre o risco de ofender os princípios informativos da licitação, como da igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Após análise técnica e competente, foi recepcionada a devida alteração no Edital do Processo Licitatório nº 155/2025, respeitando a importância do órgão fiscalizador e principalmente aos princípios basilares da Administração Pública, elencados no caput do art.37, CF/88, passando a ter a seguinte redação no **ITEM 8.9.5 - NÍVEL V - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, demonstrados nos sub-itens aludidos posteriormente, sendo:



**8.9.5.2.** Os médicos indicados para a execução dos serviços deverão comprovar vínculo com a empresa contratada, seja por meio de contrato social, vínculo empregatício (CTPS) ou contrato de prestação de serviços, desde que devidamente habilitados no Conselho Regional de Medicina, com RQE na especialidade correspondente, e observadas as demais disposições legais aplicáveis.

**8.9.5.3.** Comprovação de que a empresa licitante encontra-se devidamente registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição onde ocorrerá a execução contratual;

**8.9.5.4.** Indicação de diretor técnico com inscrição ativa no mesmo CRM conforme determinam a Resolução CFM nº 2.314/2022, art. 17 e a Resolução CFM nº 2.107/2014, art. 11.

**8.9.5.5.** Comprovação, por parte dos médicos responsáveis pelos laudos, da especialidade compatível com os exames ofertados, com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) conforme art. 8º e art. 10º, §4º da Resolução CFM nº 2.314/2022.

Noutro giro, o Parecer Jurídico/PGM nº 728/2025 permanece válido, tendo a presente manifestação jurídica o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, §1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

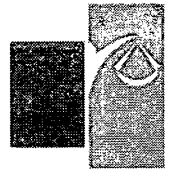
**Art. 53.** *Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

**§ 1º** *Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Por conseguinte, com a **RETIFICAÇÃO do EDITAL do Processo Licitatório nº 155/2025 / Pregão Eletrônico nº 071/2025**, o prazo será reaberto após (re)publicação. Saliento que a licitação será por LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por LOTE/ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A descrição complementar dos itens



constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.compras.gov.br** e **www.cataguases.mg.gov.br**

Integram este **Edital RETIFICADO do Processo Licitatório nº 155/2025**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência  
Anexo II - Modelo de proposta de preços;  
Anexo III - Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços  
Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA  
Anexo V- MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS  
Anexo VI - Cotação de preços/Mapa analítico  
Anexo VII - Estudo técnico preliminar (ETP)  
Anexo VIII - Decreto 5.811/2023 (IR)  
Anexo IX - Termo de referência e demandas  
Anexo X - Relação dos itens no Compras Governamentais  
Anexo XI - Lei 4.853/2022  
Anexo XII - Lei 4.971/2023  
Anexo XIII - Parecer jurídico abertura  
Anexo XIV - Resposta impugnação Saúde  
Anexo XV - Parecer pregoeira  
Anexo XVI - Parecer jurídico reabertura  
Anexo XVII - Ofício Secretaria de Saúde  
Anexo XVIII - Parecer pregoeira - resposta impugnação Elite Laudos

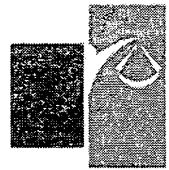
Aplicar-se-á ao presente procedimento os **Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade**, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

### **III - DO PARECER**

Considerando a **IMPUGNAÇÃO** acostada pela empresa **ELITE LAUDOS LTDA.**, representada por seu sócio-administrador Sr. Jonas da Silva Oliveira (CPF: 397.xxx.498-69), mediante suas considerações apresentadas, MANIFESTO pelo acolhimento da Impugnação estando esta TEMPESTIVA e, para o Mérito, devido provimento. DEFIRO.

No mais, cumpre ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a





documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

#### **IV - CONCLUSÃO**

Diante das irregularidades material devidamente apontada pela IMPUGNANTE, e com base na autotutela administrativa e nos princípios da legalidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, manifesta-se juridicamente viável e recomendável a RETIFICAÇÃO e republicação do edital, estando válido o prosseguimento do processo, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste.

Consequente, essa Procuradora opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 155/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

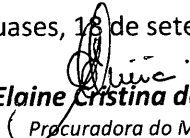
Tais medidas se impõem para prevenir prejuízos ao interesse público, garantindo a legalidade, a competitividade e a economicidade da futura contratação, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de evitar impugnações judiciais ou administrativas mais gravosas e potenciais responsabilizações dos agentes públicos envolvidos.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 797/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer, *s.m.j.*

Cataguases, 18 de setembro de 2025.

  
**Elaine Cristina de Oliveira**  
Procuradora do Município  
OAB-MG 137.994